

**EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 01/2026**  
**PROCESSO Nº 50901.000113/2026-77**

**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, INTERMEDIACÃO E EMISSÃO DE CARTÕES ELETRÔNICOS COM CHIP PARA O FORNECIMENTO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, PARA OS EMPREGADOS E DIRETORES DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT), DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**PREÂMBULO**

A **COMPANHIA DOCAS DO PARÁ – CDP**, empresa pública federal, com sede à Avenida Presidente Vargas, n.º 41, Centro, CEP 66.010-000, nesta cidade, CNPJ 04.933.552/0013-47, UASG 399005, torna público, para conhecimento dos interessados, que o (a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio, designados pela Resolução DIRPRE n.º 02/2026, de 23/01/2026, realizará contratação mediante **credenciamento por inexigibilidade de licitação, através do Processo CDP SEI Nº 50901.000113/2026-77, autorizada pela 1550ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva – DIREXE e pela Deliberação CONSAD nº 30/2026.**

**DATAS E HORÁRIOS**

O contrato terá vigência e execução de **05 (cinco) anos**, a contar - desde que devidamente - da data de rescisão ou do término do contrato vigente, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida na Lei nº 13.303/2016, em seu Art. 71, bem como nos termos do Regulamento de Licitações e Contratações e Contratos.

Registra-se que a fixação do prazo de vigência contratual em **05 (cinco) anos** para o fornecimento de vale-alimentação fundamenta-se na natureza de serviço continuado do objeto, cuja necessidade é permanente e indispensável à subsistência dos empregados, sendo a vigência quinquenal a solução que melhor atende aos princípios da eficiência e economicidade, ao mitigar custos de integração sistêmica e evitar o risco de descontinuidade do benefício alimentar por excessivos ritos procedimentais anuais.

Enquanto estiver vigente este Edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer PROPONENTE, desde que preencha todas as condições ora exigidas.

**Período de Credenciamento para participação da distribuição de demanda para o ano de 2026:**

- **Início: 20/05/2026;**
- **Fim: 22/06/2026.**

ª **REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD.** A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pelo Instrumento Normativo para Gestão do Regulamento de Licitações e Contratos, doravante denominado **REGULAMENTO**, aprovado pela Deliberação CONSAD nº 01/2023, pela Lei nº 13.303/2016, pelos Decretos nº 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/2018, pela Lei Complementar nº 123/2006 pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais disposições legais pertinentes.

\*Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante o credenciamento observarão

obrigatoriamente o **horário de Brasília-DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e nas documentações relativa ao credenciamento.

**ANEXOS:**

**I. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**II. TERMO DE REFERÊNCIA**

**III. MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**IV. MATRIZ DE RISCO**

**V. MINUTA DE CONTRATO**

**VI. MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO**

**VII. MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**VIII. MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**1. OBJETO**

**1.1. CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E EMISSÃO DE CARTÕES ELETRÔNICOS COM CHIP PARA O FORNECIMENTO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, PARA OS EMPREGADOS E DIRETORES DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ CDP, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT), DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**1.2.** A presente contratação será realizada mediante **credenciamento por inexigibilidade de licitação**, observando os dispositivos normativos e legais, notadamente o Instrumento Normativo para Gestão do Regulamento e Licitações e Contratos da Companhia (IN-2102-01) e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

**1.3.** O objeto desta Licitação deverá atender às normas do Código de Defesa do Consumidor;

**1.4.** Caso as especificações deste objeto encontrem-se discordantes no Comprasnet e no Edital e seus anexos, prevalecerão às disposições do texto constantes do Edital.

**1.5.** Os preços unitários e/ou totais deverão estar presentes na Proposta de Preço e/ou nas planilhas com 2 (duas) casas decimais, eliminando-se sempre a 3ª (terceira) casa decimal, independentemente da aproximação.

**1.6.** Nos preços propostos deverão estar lucro, despesas administrativas, encargos trabalhistas e sociais, equipamentos, materiais, responsabilidade técnica, contribuições fiscais e parafiscais, impostos e taxas, inclusive com serviços de terceiros ou mão-de-obra e outros custos que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusos nos preços. A especificação do preço deverá ser feita de forma clara e inequívoca, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado.

**1.7.** As propostas de preços unitários e/ou globais, não deverão ter valores superiores aqueles estimados pela CDP.

**1.8. Considerando as projeções apresentadas, o valor estimado para 492 beneficiários, durante o período de 5 (cinco) anos, é de R\$ 58.833.633,74 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e trinta e três mil seiscentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos).**

**1.9. A CDP não se vincula a executar o valor global estimado, uma vez que, ao longo da vigência do contrato, o número de beneficiários e o valor dos benefícios poderão sofrer alterações para mais ou para menos.**

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. Disponibilidade orçamentária **objetivando contratação de prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração, intermediação e emissão de cartões eletrônicos com chip para o fornecimento do auxílio alimentação, para os empregados e diretores da Companhia Docas do Pará - CDP, com valor global (5 anos) de R\$ 58.833.633,74 e valor estimado para o exercício de 2026 (6 meses), R\$ 5.883.363,38.**

Categoria Econômica – 2.200.000.000 - **DESPESAS CORRENTES**

Rubrica Orçamentária - 2.201.000.000 - **DESPESAS COM PESSOAL**

Conta - 2.201.030.200 - **AUXILIO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO**

### 3. **DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

3.1. A participação neste Credenciamento implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente Edital e em seus Anexos.

3.2. Os participantes do Credenciamento devem ater-se, além do disposto neste Edital e Anexos, no disposto no INSTRUMENTO NORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, contido no portal da **CDP**.

3.3. Poderão participar deste Credenciamento os interessados que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e em seus Anexos, cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto deste Edital e seus anexos.

3.4. Não será admitido o credenciamento de:

3.4.1. Cooperativas;

3.4.2. Consórcio de empresas;

3.4.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição.

3.5. **A subcontratação não será admitida.**

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, deste Credenciamento ou a empresa:

3.6.1. Que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.6.2. Que esteja sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (cujo plano não foi acolhido judicialmente), concurso de credores, dissolução, liquidação;

3.6.3. Controladora, controlada ou coligada, nos termos da [Lei nº 6.404, de 1976](#), credenciando-se simultaneamente;

3.6.4. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da **CDP**;

3.6.5. Que esteja cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela **CDP**;

3.6.6. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.6.7. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.6.8. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.6.9. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.6.10. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.6.11. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

3.6.12. Na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação ou autoridade hierarquicamente superior no âmbito da **CDP**.

3.6.13. Aplica-se a vedação prevista no subitem 3.6:

3.6.13.1. À contratação do próprio empregado ou diretor da **CDP**, como pessoa física, bem como à participação dele em processos de Credenciamento, na condição de PROPONENTE;

3.6.13.2. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com diretor da **CDP**, empregado da **CDP** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pelo Credenciamento ou contratação e/ou autoridade que ocupe cargo ou função federal no ente ao qual a **CDP** esteja vinculada;

3.6.13.3. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **CDP** há menos de 6 (seis) meses;

3.6.13.4. À familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na **CDP**.

#### 4. DO PROCEDIMENTO DO CREDENCIAMENTO

4.1. O procedimento será conduzido pela CPL de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.1. Publicação do Edital de Credenciamento no DOU, no PNCP e no portal da **CDP**;

4.1.2. Eventual pedido de esclarecimento ou impugnação: **03 (três) dias úteis** antes do fim do período para Credenciamento relativo à demanda para o ano de 2026 conforme indicado no preâmbulo deste Edital;

4.1.3. Resposta motivada ao eventual pedido de esclarecimento ou impugnação: até **03 (três) dias úteis**, a contar do seu recebimento;

4.1.4. Recepção dos pedidos de Credenciamento e documentação de habilitação: a qualquer tempo, dentro do prazo de vigência deste Edital de Credenciamento;

4.1.5. Análise dos pedidos de Credenciamento e habilitação: até **03 (três) dias úteis** após a recepção dos documentos pela CPL;

4.1.6. Recurso e Julgamento: **03 (três) dias úteis** para cada etapa, a contar da notificação do resultado pela **CDP**;

4.1.7. Declaração de habilitação dos PROPONENTES e divulgação da lista de CREDENCIADOS: até **24 (vinte e quatro) horas úteis** após a conclusão do julgamento;

4.1.8. Votação dos beneficiários para escolha dentre os CREDENCIADOS: **03 (três) dias úteis**, a contar da data de envio do formulário de votação;

4.1.9. Divulgação do resultado da votação no portal da **CDP**: até **24 (vinte e quatro) horas úteis** após a conclusão da apuração dos votos.

4.2. O prazo de vigência deste Edital de Credenciamento é de **12 (doze) meses**, a contar de sua publicação no DOU, podendo ser prorrogado, conforme necessidade administrativa da **CDP**.

4.3. Enquanto estiver vigente este Edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo,

de qualquer PROPONENTE, desde que preencha todas as condições ora exigidas.

4.4. Os PROPONENTES credenciados nos primeiros **10 (dez) dias úteis**, a contar da data de publicação deste Edital no DOU, e que atenderem todas as exigências para o credenciamento, poderão participar da distribuição de demanda que será realizada por meio de **votação**, nos termos do item 09 (nove) deste Edital.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

5.1. Os PROPONENTES encaminharão os pedidos de Credenciamento e a documentação de habilitação, exclusivamente por e-mail no endereço [pregão@cdp.com.br](mailto:pregão@cdp.com.br) dentro do prazo de vigência deste Edital.

5.1.1. O PROPONENTE que optar por participar da distribuição de **demandas para o ano de 2026**, deverá encaminhar a documentação até a data e o horário estabelecidos para o fim do período para Credenciamento indicado no preâmbulo deste Edital.

5.2. Todos os atos decorrentes deste Edital de Credenciamento serão divulgados no site da CDP, no endereço: <https://www.cdp.com.br/>, sendo que o acompanhamento de todas as etapas será de inteira responsabilidade dos PROPONENTES, que deverão tomar ciência dos resultados de cada etapa e do andamento do processo.

5.3. A CDP, a seu critério, poderá exigir a apresentação do original do documento digitalizado.

5.4. O teor e a integridade dos documentos digitalizados serão de responsabilidade do PROPONENTE, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes.

5.5. **As condições** da execução dos serviços, os direitos, obrigações e responsabilidades das partes estão previstas neste Edital e de seus anexos, parte integrante deste instrumento convocatório.

5.6. O **Termo de Credenciamento** é o documento pelo qual se formaliza a relação mantida entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA. Ele tão somente formaliza que a CREDENCIADA cumpre as condições de habilitação exigidas e que está apta a prestar os serviços descritos no objeto deste instrumento à CREDENCIANTE.

5.7. A(s) credenciada(s) deverá(ão) operar, necessariamente, por regime (arranjo) fechado de pagamento.

5.8. A(s) contratada(s) deverá(ão) fornecer cartões eletrônicos com chip para os beneficiários, neles creditando o valor referente ao benefício alimentação e/ou refeição, em cartões individualizados, na proporcionalidade definida pelo usuário — refeição e/ou alimentação, a critério do beneficiário e ter validade mínima de 5 (cinco) anos.

## 6. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O encaminhamento do pedido de Credenciamento e dos documentos de habilitação pelo PROPONENTE pressupõe o pleno conhecimento e concordância com as premissas constantes deste item e os requisitos específicos previstos neste Edital:

6.1.1. O valor percentual relativo à taxa de administração deverá ser igual a **0% (zero por cento)**;

6.1.2. Não serão admitidas cobranças de tarifas, comissões ou taxas extras para cobertura de serviços ou procedimentos inerentes à execução do objeto, nem mesmo para emissão ou remissão de cartões extraviados, furtados ou roubados;

6.1.3. É vedada a concessão de qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado;

6.1.4. A proposta deverá ser válida pelo período mínimo de **90 (noventa) dias**;

- 6.1.5. Na proposta ofertada está inclusa todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto, incluindo todo o desembolso que a **CDP** vier a ter que despende por força da presente contratação;
- 6.1.6. O prazo de execução e as condições dos serviços ofertados atendem a especificação e estão garantidos conforme o estabelecido neste Edital e seus anexos;
- 6.1.7. Total conhecimento e aceitação dos termos deste Edital e seus Anexos.
- 6.2. A apresentação de proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o PROPONENTE o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer todos os materiais, sistemas e ferramentas necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;
- 6.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente previstos sujeitam-se a ser considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo os serviços serem entregues a **CDP** sem ônus adicional.
- 6.4. A relutância do PROPONENTE em honrar a proposta ofertada será tratada em conformidade o disposto no **item 19 (dezenove) deste Edital**.
- 6.5. Para fins de inscrição e posterior habilitação, o PROPONENTE deverá encaminhar à **CDP** os seguintes documentos:
- 6.5.1. **Pedido de credenciamento** preenchido de acordo com o modelo constante do **Anexo VI** deste Edital;
- 6.5.2. Serão consideradas habilitadas para firmar o **Termo de Credenciamento** as empresas que apresentarem todos os documentos em situação regular e em conformidade com as exigências contidas neste Edital, seus Anexos e legislação pertinente. Aquelas empresas que não atenderem todas as condições exigidas terão seu pedido de credenciamento indeferido;
- 6.5.3. **Proposta de preços**, contendo planilha de preço, dados da empresa e do representante legal e assinatura do responsável, conforme modelo do **Anexo III** deste Edital;
- 6.5.4. Material de comunicação e marketing e a rede credenciada, com a finalidade de apresentar os benefícios, vantagens e diferenciais que serão disponibilizados aos empregados da **CDP** no período da votação de que trata o **item 09 (nove) deste Edital**.
- 6.5.4.1. O material deverá ser disponibilizado em arquivo PDF, incluindo a rede credenciada na modalidade alimentação e refeição (em separado) e conter, no mínimo, as seguintes informações dos estabelecimentos: CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço completo e telefone atualizado.
- 6.6. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do PROPONENTE, a CPL verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação neste Credenciamento ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.6.1. SICAF;
- 6.6.2. Consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União, no sítio [portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc](http://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc);
- 6.6.3. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Portal da Transparência, no sítio [portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc](http://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc);



6.6.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça, no sítio [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.6.5. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, no sítio [certidoes-apf.apps.tcu.gov.br](http://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

6.6.5.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome do PROPONENTE e também de seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

6.6.5.2. Caso conste na Consulta de Situação do PROPONENTE a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.6.5.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7. Constatada a existência de sanção, a CPL reputará o PROPONENTE inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. O Presidente da CPL poderá consultar o **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico financeira e habilitação técnica do PROPONENTE.

6.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

6.8.2. É de responsabilidade do PROPONENTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

6.8.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

6.9. A verificação pela CPL, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.11. Se o PROPONENTE for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11.1. Serão aceitos registros de CNPJ de PROPONENTE matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.12. Na contratação com pessoa jurídica estrangeira, será exigido que ela tenha no Brasil, representação legal com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

6.13. As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil atenderão, tanto quanto possível, às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos

consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

6.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no Credenciamento ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

6.15. Os PROPONENTES que não estiverem cadastrados no SICAF deverão apresentar a seguinte documentação de **HABILITAÇÃO**:

6.16. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consiste em:

6.16.1. Cédula de identidade e registro comercial, no caso de empresário individual;

6.16.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores;

6.16.3. Inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, com indicação das pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, seus poderes e atribuições;

6.16.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.16.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.17. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL** consiste em:

6.17.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, ou do Distrito Federal, compreendendo os seguintes documentos:

6.17.1.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretária da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante;

6.17.1.1.1. A certidão a que se refere a alínea anterior abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em Dívida Ativa da União (DAU);

6.17.1.2. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante ou Certidão, de Não Contribuinte;

6.17.1.3. Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;

6.17.2. Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF, da sede da licitante.

6.18. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA** consiste em:

6.18.1. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

6.18.2. Certidão Negativa de Falência e Concordata, com emissão em até 90 (noventa) dias antes da abertura da licitação, caso não expresse outro prazo de validade no documento;

6.18.3. Possuir valor superior a 01 (um) em qualquer dos índices contábeis: Liquidez Geral



(LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), cuja confirmação será feita mediante consulta ao SICAF;

6.18.3.1. A comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

6.19. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consiste em:

6.19.1. A(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar os documentos elencados abaixo, para fins de comprovação de habilitação técnica:

6.19.1.1. Registro no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);

6.19.1.2. Atestado de Capacidade Técnica (ACT), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual reste comprovada a experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços, a execução prévia de forma satisfatória dos serviços, com características compatíveis com as exigidas neste documento, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) dados da empresa licitante: nome, CNPJ;
- b) dados da empresa cliente: nome, razão social, CNPJ, endereço;
- c) descrição dos serviços com dados que permitam o amplo entendimento dos serviços realizados e identifiquem a compatibilidade com o previsto no presente Termo de Referência, indicando a prestação de serviço a, no mínimo, 246 beneficiários;
- d) dados do emissor do atestado: nome e contato; e
- e) local, data de emissão e assinatura do emissor.

## 7. DO RECEBIMENTO E DA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO

7.1. A inscrição dos interessados ao credenciamento se dará com o envio das propostas, no período de **20/05/2026 a 19/06/2026**, exclusivamente em formato digital (PDF), através do sistema Protocolo Digital, constante no endereço [protocolo@cdp.com.br](mailto:protocolo@cdp.com.br), devendo estar devidamente formalizadas por carta de encaminhamento conforme **Termo de Credenciamento - Anexo VII**;

7.2. As propostas recebidas dentro do prazo estipulado no item 4.1 e habilitadas, após credenciamento formalizado, participarão de votação entre os empregados da APS, para definição de ordem classificatória para fins de contratação;

7.3. A contratação se limitará a até 3 (três) empresas credenciadas que obtenham, no mínimo 30% de votos do total de empregados participantes da votação;

7.4. Caso nenhuma empresa atinja o percentual de 30%, a empresa mais votada será a Única contratada;

- 7.5. A **análise do pedido de Credenciamento** e dos documentos de habilitação será realizada pela CPL, em até **03 (três) dias úteis**, contados a partir da identificação de seu envio para o endereço [pregão@cdp.com.br](mailto:pregão@cdp.com.br).
- 7.6. Será inabilitado, motivadamente, aquele PROPONENTE que não se adéque aos requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos.
- 7.7. A **CDP** poderá realizar diligência e solicitar esclarecimentos complementares por parte do PROPONENTE em relação ao conteúdo de seu pedido, assinalando prazo razoável para seu atendimento.
- 7.8. O não atendimento no prazo fixado implicará a inabilitação do PROPONENTE.
- 7.9. A CPL poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes a validade e a eficácia para fins de habilitação.
- 7.10. O PROPONENTE que cumprir todas as exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos será considerado CREDENCIADO e poderá participar do processo de seleção de escolha dos beneficiários que será feito através da votação de que trata o item 09 (nove) deste Edital, estando apta para assinar contrato com a **CDP**.
- 7.10.1. O credenciamento não obriga a **CDP** a contratar.
- 7.11. Finalizada a análise dos documentos de habilitação, o resultado do credenciamento será informado diretamente ao PROPONENTE e divulgado no portal <https://www.cdp.com.br/>, especificando a data de início para apresentação de intenção de recurso.
- 7.12. O resultado, com a lista de CREDENCIADOS relacionados de acordo com o critério estabelecido neste Edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no portal <https://www.cdp.com.br/>.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1. Embora as licitações da Companhia Docas do Pará sejam regidas pela Lei 13.303/2016, o sistema Comprasnet, atende ao que determina o disposto na Lei nº 14.133/2021;
- 8.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 8.4. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis e será contado a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases (habilitação antes do julgamento), da ata de julgamento das propostas.
- 8.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;
- 8.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;
- 8.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.8. O recurso não conhecido não impede a Administração de rever de ofício qualquer ato ilegal, desde que não ocorrida a preclusão administrativa;
- 8.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 8.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.11. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 8.12. Os recursos manifestamente protelatórios são passíveis de sanções administrativas nos termos do Decreto nº 10.024/2019, INSTRUMENTO NORMATIVO PARA GESTÃO DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ.
- 8.13. São considerados recursos protelatórios:
- 8.13.1. Aqueles que contrariam as disposições legais que norteiam os procedimentos licitatórios e aqueles que possuem o teor fundado em matéria distinta do procedimento licitatório (valores, prazos, eventos, entre outros).

## 9. DA VOTAÇÃO PARA SELEÇÃO DOS CREDENCIADOS

- 9.1. Após a definição dos CREDENCIADOS, a **CDP** realizará processo interno de seleção, por meio de votação eletrônica, para que os empregados da **CDP** façam a opção pelo CREDENCIADO de sua preferência.
- 9.2. Todos os CREDENCIADOS serão inseridos no processo de votação.
- 9.3. Caso haja apenas um CREDENCIADO, não será realizado processo de votação.
- 9.4. O material de comunicação e marketing dos CREDENCIADOS será disponibilizado no portal <https://www.cdp.com.br/pregao/> e no endereço de e-mail corporativo dos empregados da **CDP**, no prazo de **01 (um) dia útil** antes do início da votação.
- 9.5. A votação será realizada por meio de formulário, que será divulgado aos empregados de forma eletrônica, ficando aberta pelo período de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de envio do formulário de votação.
- 9.6. O processo de votação será transparente e o seu resultado será disponibilizado aos interessados no portal <https://www.cdp.com.br/pregao/>.
- 9.7. Concluída a votação, a CPL informará aos CREDENCIADOS o percentual obtido por cada um deles.
- 9.8. **Somente poderá ser contratado o CREDENCIADO que atingir o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo total dos votantes, excluídas as abstenções.**
- 9.8.1. Os empregados da **CDP** que optaram pelo CREDENCIADO que não atingir o percentual mínimo indicado acima, bem como aqueles que deixaram de manifestar sua opção, independentemente do motivo, e os que ingressarem na **CDP** terão seu benefício administrado pelo CREDENCIADO que obtiver o maior percentual na votação;
- 9.8.2. O CREDENCIADO tem a faculdade de não contratar com a **CDP**, caso não atinja o quantitativo de mínimo de 50 (cinquenta) beneficiários, os quais terão seu benefício administrado pelo CREDENCIADO que obtiver o maior percentual na votação;
- 9.8.3. Caso nenhum CREDENCIADO atinja o percentual mínimo indicado acima, será selecionado aquele que obteve maior número de votos.
- 9.9. A finalização do resultado da fase de seleção implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato.
- ## 10. DA CONTRATAÇÃO
- 10.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual, nos termos do

## Anexo V.

10.2. A **CDP** convocará o CREDENCIADO selecionado para assinar o termo de contrato, no prazo de **10 (dez) dias**, sob pena de decadência do direito à contratação e aplicação de penalidades previstas neste Edital.

10.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, a critério da **CDP** e desde que não haja prejuízo para a contratação.

10.3. Se o CREDENCIADO, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o instrumento contratual, injustificadamente, ou ainda, não mantiver as condições de habilitação, estará sujeito às penalidades previstas no item **DAS SANÇÕES** deste Edital e na [Lei nº 13.303, de 2016](#).

10.4. É facultado à **CDP**, quando o convocado não comprovar a manutenção das condições de habilitação ou não assinar o termo de contrato, no prazo de 10 (dez) dias:

10.4.1. Convocar outro CREDENCIADO, respeitada a ordem de classificação na votação de que trata o item 09 deste Edital, para assinar o termo de contrato;

10.4.2. Revogar o Credenciamento.

10.5. Na assinatura do instrumento contratual será exigida a comprovação de atendimento aos requisitos para habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo CREDENCIADO durante a vigência contratual.

10.6. Nas hipóteses de descontinuidade da relação contratual entre um dos CREDENCIADOS contratados em razão de rescisão ou distrato, os beneficiários a ele distribuídos serão remanejados para o CREDENCIADO contratado que obteve o maior número de votos.

## 11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. **Não se aplica, nos termos do Art. 126, §1º da IN-2102.01**, fundamentando-se na natureza do objeto e na modelagem da contratação. Trata-se de serviço de fornecimento de auxílio-alimentação em que o risco de inadimplemento financeiro pela Administração é mitigado pelo fluxo de faturamento condicionado à efetiva carga dos créditos, atrelado à taxa de administração de ZERO (0,00%).

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

12.1. As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA são as estabelecidas nos **itens 17 e 18 do Termo de Referência, Anexo II** deste edital.

12.2. **A(s) Contratada(s) deverá(ão) disponibilizar canal formal, gratuito e acessível para que os usuários denunciem irregularidades na prestação dos serviços e/ou no faturamento, via SAC 24 horas ou aplicativo mobile.**

## 13. DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto de acordo com as necessidades estabelecidas no **Termo de Referência, Anexo II** deste Edital.

13.2. As condições de recebimento e aceitação do objeto estão previstas no **Termo de Referência, Anexo II** deste Edital.

## 14. DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO DO CONTRATO

14.1. As condições de Fiscalização do contrato estão previstas no **item 09 do Termo de Referência, Anexo II** deste Edital.

## 15. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

15.1. O valor percentual relativo à taxa de administração será fixo, zero e irredutível, durante toda a vigência do contrato.

15.2. Os valores dos benefícios de alimentação poderão ser reajustados ao longo da vigência do contrato, em virtude de negociações de Acordo Coletivo de Trabalho e/ou dissídio coletivo de trabalho.

## 16. DAS INFRAÇÕES E DA RESCISÃO

16.1. Aquele que, convocado dentro do prazo estabelecido no **INSTRUMENTO NORMATIVO PARA GESTÃO DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ**, e dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento de execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Federal pelo prazo de até 3 (três) anos, com inclusão da penalidade no SICAF, sem prejuízo das seguintes cominações, conforme o caso:

- a) Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- b) Responder por perdas e danos, ocasionados à CDP, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;

16.2. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a examinar as propostas subsequentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda o estabelecido neste edital, para assinar o Contrato ou revogar a presente licitação, sem prejuízo das demais cominações previstas no Edital.

16.3. A licitante que praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo ou atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação; fraudar qualquer documento, em especial os do SICAF; retirar sua PROPOSTA DE PREÇOS após conhecer os preços das demais licitantes, ou ainda demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a CDP, em virtude de quaisquer outros atos ilícitos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, estará sujeita às penalidades previstas no subitem precedente e outras que couberem;

16.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei 12.846/2013 à licitante que:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento,

de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

g) Sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens precedentes, o PREGOEIRO poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a Proposta de Preço, sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica ou jurídica da licitante;

16.5. O PREGOEIRO poderá reconsiderar a punição aplicada ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não;

16.6. As penalidades aplicadas à licitante serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais;

16.7. O valor da devolução pertinente às multas aplicadas, face ao provimento de recurso, será atualizado financeiramente, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, pela fórmula estabelecida na minuta do Contrato que representa o **Anexo V deste Edital**;

16.8. A licitante, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação, para apresentar defesa própria;

16.9. Da decisão da CDP sobre a aplicação da multa caberá recurso sem efeito suspensivo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de ciência da decisão;

16.10. A autoridade competente, ouvido o PREGOEIRO, decidirá pelo provimento ou não do recurso.

16.11. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste credenciamento, a Companhia Docas do Pará poderá, garantido o direito à defesa, aplicar à licitante e à contratada as penalidades legais previstas no INSTRUMENTO NORMATIVO PARA GESTÃO DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ, no Decreto n.º 10.024/2019 e demais legislação aplicada aos casos concretos e expressamente:

h) Advertência.

i) Multa na forma deste Edital.

j) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora em até 02 (dois) anos.

k) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.12. O licitante e/ou contratada que deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital, em que não se comine outra penalidade: multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor registrado na ata, limitada a 20 (vinte) dias;

16.13. O licitante que não substituir os bens e/ou SERVIÇOS, quando notificada: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado na ata, a juízo da administração;



- 16.14. O licitante que entregar os bens e/ou SERVIÇOS fora do prazo estabelecido: multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor registrado na ata, limitada a 20 (vinte) dias;
- 16.15. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida neste edital: multa de até 10% (dez por cento) do valor registrado na ata;
- 16.16. O licitante que não mantiver a proposta ou desistir do lance: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta ou lance;
- 16.17. O licitante e/ou contratada que se comportar de modo inidôneo: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;
- 16.18. O licitante que fizer declaração falsa: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;
- 16.19. O licitante que apresentar documentação falsa: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes;
- 16.20. O licitante e/ou contratada que cometer fraude fiscal: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes;
- 16.21. Para o caso de a empresa contratada cometer inexecução total aplica-se cumulativamente: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado. Sendo a inexecução apenas de caráter parcial, aplicar-se-á multa de até 10% (dez por cento);
- 16.22. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CDP ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste edital e na legislação vigente;
- 16.23. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério da Administração a aceitação das justificativas apresentadas;
- 16.24. As penalidades serão registradas no sistema eletrônico e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital, seus anexos, e nas demais cominações legais.

## 17. DO PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento à contratada será efetuado em conformidade com o **Item 15 do Termo de Referência** e será realizado mensalmente, mediante apresentação de Notas Fiscais, Demonstrativos Mensais dos Beneficiários com valores individualizados e total, Boletos, e das seguintes Certidões: comprovação do recolhimento das contribuições sociais (INSS e FGTS) referentes ao mês da última competência; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos da RFB/PGFN; da Certidão Negativa de Contribuições Previdenciárias; do Certificado de regularidade do FGTS e Certidões de regularidade Fiscal para com às fazenda Estadual e Municipal do domicílio fiscal da licitante, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT);
- 17.2. O pagamento previsto no “caput” será creditado na conta corrente da Contratada através de ordem bancária;

17.3. Será procedida consulta "ONLINE" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação desta, relativamente às condições exigidas no empenho, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio;

17.4. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a(s) Contratada(s) não tenha(m) concorrido de alguma forma, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Contratante, entre o prazo referido no subitem 17.1 e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, será mediante a aplicação da fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100) \times \left( \frac{N}{365} \right) = \left( \frac{6}{100} \right) \times \left( \frac{360}{365} \right) = 0,0001644365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17.5. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Companhia Docas do Pará em favor da empresa a ser contratada.

## 18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. Os critérios de sustentabilidade a serem observados estão discriminados no **item 16 do Termo de Referência, Anexo II** deste Edital.

## 19. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Eventuais dúvidas na interpretação deste edital e seus anexos deverá ser encaminhado ao pregoeiro **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no seguinte endereço: [pregao@cdp.com.br](mailto:pregao@cdp.com.br).

19.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis;

19.3. Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações apresentadas fora dos prazos legais.

19.4. Caberá ao pregoeiro, com o auxílio do setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de **3 (três) dias**, contados da data de recebimento da impugnação.

19.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas nos sítios [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.cdp.com.br/pregão](http://www.cdp.com.br/pregão), para consulta dos interessados;

19.6. As respostas às consultas/pedidos de esclarecimentos prestados pelo(a) pregoeiro(a) serão entranhadas nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19.7. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório será designada nova data para a

realização do certame.

19.8. Aquele que impedir perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório responderá pelos crimes previstos na Lei nº 13.303/2016.

19.9. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e dos anexos.

19.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

## **20. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO**

20.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

20.2. A anulação do procedimento licitatório induz à anulação do contrato;

20.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito do licitante de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;

20.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, na forma da legislação em vigor.

## **21. DO DESCREDENCIAMENTO**

21.1. O CDP poderá realizar o credenciamento quando houver:

21.1.1. Pedido formalizado pelo CREDENCIADO;

21.1.2. Perda das condições de habilitação do CREDENCIADO;

21.1.3. Descumprimento injustificado do contrato pela contratada; e

21.1.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

21.2. O prazo mínimo para o credenciamento é de 30 (trinta) dias desde a notificação.

21.3. O pedido de credenciamento de que trata o subitem 21.1.1. não desincumbirá o CREDENCIADO do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

21.4. Nas hipóteses previstas nos subitens 21.1.2. e 21.1.3, além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

21.5. Se houver a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize a sua situação.

## **22. DAS SANÇÕES**

22.1. Aquele que, convocado dentro do prazo estabelecido no INSTRUMENTO NORMATIVO PARA GESTÃO DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ, e dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento de execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará

impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Federal pelo prazo de até 3 (três) anos, com inclusão da penalidade no SICAF, sem prejuízo das seguintes cominações, conforme o caso:

- a) Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- b) Responder por perdas e danos, ocasionados à CDP, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;

**22.2.** O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a examinar as propostas subsequentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda o estabelecido neste edital, para assinar o Contrato ou revogar a presente licitação, sem prejuízo das demais cominações previstas no Edital.

**22.3.** A licitante que praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo ou atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação; fraudar qualquer documento, em especial os do SICAF; retirar sua PROPOSTA DE PREÇOS após conhecer os preços das demais licitantes, ou ainda demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a CDP, em virtude de quaisquer outros atos ilícitos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, estará sujeita às penalidades previstas no subitem precedente e outras que couberem;

**22.4** Serão aplicadas as sanções previstas na Lei 12.846/2013 à licitante que:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.
- g) Sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens precedentes, o PREGOEIRO poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a Proposta de Preço, sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica ou jurídica da licitante;

**22.5** O PREGOEIRO poderá reconsiderar a punição aplicada ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não;

**22.6** As penalidades aplicadas à licitante serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das

multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais;

**22.7** O valor da devolução pertinente às multas aplicadas, face ao provimento de recurso, será atualizado financeiramente, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, pela fórmula estabelecida na minuta do Contrato que representa o **Anexo V deste Edital**;

**22.8** A licitante, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação, para apresentar defesa própria;

**22.9** Da decisão da CDP sobre a aplicação da multa caberá recurso sem efeito suspensivo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de ciência da decisão;

**22.10** A autoridade competente, ouvido o PREGOEIRO, decidirá pelo provimento ou não do recurso.

**22.11** Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Companhia Docas do Pará poderá, garantido o direito à defesa, aplicar à licitante e à contratada as penalidades legais previstas no INSTRUMENTO NORMATIVO PARA GESTÃO DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ, no Decreto n.º 10.024/2019 e demais legislação aplicada aos casos concretos e expressamente:

- a) Advertência.
- b) Multa na forma deste Edital.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora em até 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**22.12** O licitante e/ou contratada que deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital, em que não se comine outra penalidade: multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor registrado na ata, limitada a 20 (vinte) dias;

**22.13** O licitante que não substituir os bens e/ou SERVIÇOS, quando notificada: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado na ata, a juízo da administração;

**22.14** O licitante que entregar os bens e/ou SERVIÇOS fora do prazo estabelecido: multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor registrado na ata, limitada a 20 (vinte) dias;

**22.15** O licitante que deixar de entregar a documentação exigida neste edital: multa de até 10% (dez por cento) do valor registrado na ata;

**22.16** O licitante que não mantiver a proposta ou desistir do lance: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta ou lance;

**22.17** O licitante e/ou contratada que se comportar de modo inidôneo: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;

**22.18** O licitante que fizer declaração falsa: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;

**22.19** O licitante que apresentar documentação falsa: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes;

**22.20** O licitante e/ou contratada que cometer fraude fiscal: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes;

**22.21** Para o caso de a empresa contratada cometer inexecução total aplica-se cumulativamente: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado. Sendo a inexecução apenas de caráter parcial, aplicar-se-á multa de até 10% (dez por cento);

**22.22** As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CDP ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste edital e na legislação vigente;

**22.23** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério da Administração a aceitação das justificativas apresentadas;

**22.24** As penalidades serão registradas no sistema eletrônico e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital, seus anexos, e nas demais cominações legais.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1.** As normas que disciplinam este credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados;

**23.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, consideram-se os dias corridos, exceto quando houver disposição em contrário, e só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente administrativo na **CDP**;

**23.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do Credenciamento na data marcada, o procedimento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela CPL;

**23.4.** Todas as menções a horários feitas neste edital têm como referência o horário oficial de Brasília – DF;

**23.5.** É facultada ao pregoeiro ou à autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

**23.6.** Este edital e seus anexos serão fornecidos gratuitamente pela internet, no portal do Comprasnet e da Companhia Docas do Pará, nos sites: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.cdp.com.br/pregao/](http://www.cdp.com.br/pregao/);

**23.7.** A apresentação do pedido de Credenciamento será considerada como evidência de que a **PROPONENTE** examinou criteriosamente os documentos deste Credenciamento e julgou-os suficientes para a elaboração de sua proposta;

**23.8.** As **PROPONENTES** assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CDP não será, em nenhum caso, responsável por eles, independentemente da condução ou do resultado do processo de Credenciamento;

**23.9.** Nenhuma indenização será devida aos **PROPONENTES** pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a este Credenciamento;

**23.10.** Em caso de discrepância entre o Edital e seus Anexos, prevalecerá o disposto no Edital;



23.11. **Este Edital e seus Anexos, bem como a Proposta do CREDENCIADO e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CDP, farão parte integrante do Instrumento Contratual, como se nele estivessem transcritos;**

23.12. As questões decorrentes da execução deste edital e/ou contrato, que não forem dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Belém - Pará.

**Belém, 18 de maio de 2026.**

**Cláudio Nascimento**

**Agente de Contratação**